

Brasil, 1º de janeiro de 2019.

COLUNISTAS CONVIDADOS | EDIÇÃO 1

| Itamar Vieira Junior | Ivan Hegen | Leonardo Valente | Márcia Denser |
| Márcia Marques | Matheus Arcaro | Rosângela Vieira Rocha |

Política gueto

Em 2019, a **Revista Gueto** passa a ser também um espaço de pensamento e reflexão com articulistas de diversas áreas, como Ciência Política, Filosofia, Comunicação e História. Teremos pela frente tempos difíceis, tempos de resistência e de luta em defesa da democracia, da cultura, da educação e da arte. Nesta primeira edição convidamos Itamar Vieira Junior, escritor, geógrafo e doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA; Ivan Hegen, escritor, mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP e ex-assessor do deputado federal Ivan Valente, do PSOL; Leonardo Valente, escritor, jornalista e professor universitário, diretor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ; Marcia Denser, escritora e jornalista com pós-graduação em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP; Márcia Marques, doutora em Ciências da Informação e professora da FAC/UnB; Matheus Arcaro, escritor e mestrando em Filosofia contemporânea pela Unicamp; e Rosângela Vieira Rocha, jornalista, escritora e professora aposentada da FAC/UnB. Boa leitura.

Rodrigo Novaes de Almeida, editor-chefe da Revista Gueto.

A luta pela terra será nosso futuro

Por Itamar Vieira Junior

Em dezembro de 2018 eu estive numa comunidade quilombola, na Chapada Diamantina, que passa por um processo de regularização fundiária. A sensação de incerteza que acomete a todos é reflexo da preocupação sobre o que acontecerá com a política de demarcação de territórios quilombolas, num processo que, em particular, se arrasta há oito anos. O mesmo drama aflige as comunidades indígenas que buscam a demarcação de suas terras. Toda essa apreensão tem uma causa plausível: é resultado do discurso adotado por Jair Bolsonaro, o presidente eleito, ao longo de sua vida pública como parlamentar, e ratificado ao longo da sua recente campanha presidencial.

Em suas palavras, se inaugura a política do “nenhum centímetro de terra para quilombola ou reserva indígena”. Nada de novo, apesar das mobilizações que ocorreram ao longo do tempo, e que tentaram dar feições humanistas ao desigual sistema fundiário no Brasil. A lei de terras, que organizou a propriedade privada no país, foi a política de acesso adotada desde a promulgação da lei nº 601 de 1850, quando ficou estabelecido que a “compra” seria a única forma do cidadão regularizar sua situação sobre o solo, substituindo o sistema ainda mais desigual das sesmarias. Ao longo do século XX e início do XXI as sucessivas constituições e dispositivos legais tentaram derrogá-la: a Constituição de 1934 (Estado Novo) e todas as que se seguiram reconheceram o direito dos povos indígenas sobre as terras que habitam; o Estatuto da Terra (1964) instituiu a função social da propriedade e teve como objetivo diminuir os conflitos no campo com uma política de colonização e reforma agrária; a Constituição de 1988 reconheceu o direito dos remanescentes de quilombos aos seus territórios, regulamentada como política pública pelo Decreto Presidencial nº 4.887 de 2003.

O Brasil é um dos países com maior índice de concentração de terra do mundo.

O Brasil é um dos países com maior índice de concentração de terra do mundo. Propriedades com mais de mil hectares — e que podem ser consideradas como latifúndios — correspondem a mais de 45% de todo o território brasileiro¹. A reforma agrária, apesar de todos os dispositivos legais e normativos para sua execução, não conseguiu reduzir a concentração fundiária. Países como a França, o México, a Coreia do Sul e o Egito fizeram amplas reformas no

campo, ainda na primeira metade do século XX. Em Moçambique, por exemplo, a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada. Aqui se transformou em bem, ainda que dotado de uma “função social”. Essa opção, nunca corrigida, deixou o país com altos índices de violência no campo, graças aos conflitos cada vez mais frequentes.

Os assassinatos em áreas de conflito aumentaram quase 100% se comparados aos últimos dez anos de normalidade democrática, ou seja, antes do golpe parlamentar de 2016.

Zumbi dos Palmares, Margarida Alves e Dorothy Stang são apenas alguns dos milhares de ativistas assassinados na luta pela terra ao longo dos nossos poucos séculos de história. Em 2017, foram 71 mortos em mais de 1639 conflitos fundiários registrados pelo território nacional. Dessas, 31 pereceram em cinco chacinas, sendo o de maior repercussão o Massacre de Pau D’Arco, no Pará, que resultou na morte de 10 trabalhadores rurais sem-terra, impetrado pelo próprio Estado, já que os executores eram policiais militares. Os assassinatos em áreas de conflito aumentaram quase 100% se comparados aos últimos dez anos de normalidade democrática, ou seja, antes do golpe parlamentar de 2016. Eu, particularmente, acompanhei as notícias sobre as mortes de nove trabalhadores quilombolas no estado da Bahia em 2017, seis dos quais mortos também numa chacina. Pessoas com quem havia trabalhado nos últimos anos em processos de regularização fundiária e que foram assassinadas, aparentemente, por conflitos na disputa por seus territórios.

O que esperar de um governo com amplo apoio dos ruralistas, parte significativa dos conflitos que dominam o campo brasileiro? O que esperar de um governante que promete armar proprietários de terra, em sua maioria, grandes latifundiários, que já detêm o poder econômico e bélico, para defender suas propriedades? O que esperar de alguém, que em discurso gravado no Clube da Hebraica do Rio de Janeiro², disse que quilombolas “pesavam arrobos” (como gado) e que “não serviam nem para procriar” (como animais)? O que esperar de quem mandou um indígena “comer capim” (como animais) em discussões sobre projetos que impactavam essas populações³? O que

fará um presidente, que já foi denunciado pela Procuradoria Geral da República pelo crime de racismo⁴, contra as minorias étnicas?

Os quilombolas são grupos étnicos de afrodescendentes que existem em vários países da América Latina, com outras denominações: *maroons*, no Suriname, *cimarrones*, na Colômbia, no Equador e no Peru, *creoles*, na Nicarágua, e *garifunas* em Honduras e Belize. Todos gozam em seus respectivos países de legislações que garantem o direito aos seus territórios. O mesmo ocorre com os indígenas, povos originários do continente americano e que vivem da Argentina ao Canadá. Somente no Brasil vivem 305 etnias diferentes e outras muitas já foram extintas no genocídio advindo da colonização e do Estado brasileiro no século XX.

A ascensão da extrema-direita tem sido gestada há muitos anos, e é reflexo de uma sociedade incapaz de ser confrontada com seu passado escravagista e genocida.

É importante recordar que o Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 1989, que versa sobre o trabalho dos povos indígenas e tribais. A convenção traduz, com muita ênfase, o anseio e os direitos territoriais desses povos: “Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual”. Ainda ressalta a importância que deve ser conferida à regularização de suas terras; “terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.” Da mesma forma, o documento sugere que “Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.” Mas o que significa ser signatário de uma convenção dessa natureza, quando há a ameaça de retirar o país da ONU, como fez o eleito⁵?

Dois Ivans no front

Por Ivan Hegen

Em 2013, quando a política nacional começou a se agitar de maneira inesperada, nada estava mais distante dos meus planos do que me filiar a um partido. Muito menos trabalhar no mandato de um deputado federal, como eu viria a fazer três anos depois, com meu xará Ivan Valente, do PSOL. Pelo contrário. Eu simpatizava com ideias anarquistas sem acreditar muito no êxito de uma sociedade anarquista, tinha uma referência forte no Nietzsche que talvez fosse mais estética do que ética, me interessava por Deleuze sem me definir deleuziano, e minha principal atuação política até então foram performances anticapitalistas com terroristas poéticos. Para resumir, nessa época convites lúdicos para provocações contra o sistema me seduziam, mas nem cogitava compromisso partidário.

O anárquico MPL (Movimento Passe Livre) teve o mérito de aquecer a micropolítica e com isso estimular uma explosão de lutas identitárias, mas não pôde evitar o surgimento do fascistoide MBL (Movimento Brasil Livre), sua corruptela.

A eleição presidencial de 2018 não é o resultado momentâneo de conjunturas políticas e sociais. A ascensão da extrema-direita tem sido gestada há muitos anos, e é reflexo de uma sociedade incapaz de ser confrontada com seu passado escravagista e genocida, e que deseja manter seus privilégios a qualquer custo, mesmo que seja com mortes, além da supressão de liberdades. Sem uma revisão profunda de nossa história, não seremos capazes de lidar nem mesmo com o mais elementar dos direitos humanos, que é o de estar sobre o mundo. Quando se nega um centímetro de terra para quilombolas ou indígenas, o Estado está sentenciando essas populações à morte, por lhes negar o direito de estar sobre a terra e dela viver.

A luta pela terra envolve a dignidade humana, e não é uma luta apenas dos camponeses, indígenas, ribeirinhos e quilombolas, ou dos que estão em áreas de conflito. Envolve a todos nós, que consumimos e desejamos alimentos sem agrotóxicos. A luta pela terra é pela preservação do ambiente, por nossa biodiversidade, por nossa diversidade étnica e cultural, e por uma vida digna para todo e qualquer brasileiro.

¹ Dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 1996).

² Justiça condena Bolsonaro por “quilombolas não servem nem para procriar”. O Estado de S. Paulo / outubro de 2017. In: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-condena-bolsonaro-por-quilombolas-nao-servem-nem-para-procriar/>

³ Índio joga água em deputado durante audiência na Câmara; ministro é chamado de “terrorista”. Folha de S.Paulo / maio de 2008. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/05/401933-indio-joga-agua-em-deputado-durante-audiencia-na-camara-ministro-e-chamado-de-terrorista.shtml>

⁴ PGR denuncia Jair Bolsonaro por racismo. Portal G1 / abril de 2018. In: <https://g1.globo.com/politica/noticia/pgr-denuncia-deputado-jair-bolsonaro-por-racismo.ghtml>

⁵ Bolsonaro defende saída de Conselho da ONU após apoio a Lula. Revista Veja / agosto de 2018. In: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-saida-de-conselho-da-onu-apos-apoio-a-lula/>

Itamar Vieira Junior é escritor, geógrafo e doutor em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA).

Naquele junho, participei do principal ato do Passe Livre, singrando a Faria Lima, mesmo achando que os vinte centavos sobre a tarifa do ônibus eram uma causa de baixa importância. O que me tirou de casa foi a necessidade de dar uma resposta à repressão policial sob comando do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, além da sensação de que aquele momento seria um divisor de águas. E sem dúvida foi um momento histórico, mas, assustadoramente, as forças da direita não tardariam a se apropriar de pautas que em sua origem estavam à esquerda. O anárquico MPL (Movimento Passe Livre) teve o mérito de aquecer a micropolítica e com isso estimular uma explosão de lutas identitárias, mas não pôde evitar o surgimento do fascistoide MBL (Movimento Brasil Livre), sua corruptela.

Não se trata de condenar as Jornadas de Junho, mas de nos perguntar como elas foram distorcidas pela direita. Ocupar as ruas em um país geralmente tão despolitizado como o nosso pode gerar mais associações com o Carnaval do que com uma luta consistente, e ao que parece muita gente dos bairros nobres andou lado a lado com ativistas de esquerda como se fosse apenas uma festa. Em tese, deveria haver ali sensibilidade social o bastante para se solidarizar com o impacto de meros R\$ 10,00 mensais para a classe trabalhadora, mas os que evitaram questionar seu próprio estrato social preferiram sustentar a ideia esdrúxula de que só existe luta de classes porque, nas últimas décadas, a esquerda “inventou” de dividir o Brasil. Tão ou mais lamentável é lembrar que a faísca que inflamou os manifestantes supostamente foi com a repressão policial nos primeiros protestos, mas grande parte dos que apoiaram o Passe Livre logo estaria

gritando “Viva a PM” em comício do Aécio Neves, apenas um ano depois. Realmente não era só pelos vinte centavos, mas a falta de cerimônia com que direitistas subiram no nosso ônibus para em seguida dominar o volante até hoje assombra.

Ainda naqueles primeiros atos do Passe Livre, houve um dia em que as bandeiras e camisetas de partidos de esquerda foram violentamente rechaçadas. Muito militante experiente entendeu logo a mudança no clima e deixou de engrossar os atos seguintes, eu ainda iria fazer uma última tentativa. Com o palco quente, outras manifestações pegaram carona, uma delas contra a PEC 37, a proposta que visava coibir poder de investigação do Ministério Público Federal. A princípio poderia ter sido uma causa de interesse comum a qualquer brasileiro empenhado no combate à corrupção, e resolvi ir à Paulista para sondar o ambiente. Não aguentei ficar mais de cinco minutos. As faixas, camisetas e coro dos manifestantes indicavam que, ainda naquele mesmo mês de junho, era o antipetismo que ia substituindo as bandeiras de esquerda expulsas das ruas à força. O gigante acordou com sede de sangue.

Nos anos seguintes, o acirramento dos ânimos contaria com a devoção a Sérgio Moro, a paixão breve por Aécio Neves, o entusiasmo com Eduardo Cunha e o ódio visceral a Lula.

Do MPL ao MBL, o sucesso na reorientação de rota encorajou a uma infinidade de outras inversões de discurso, que se refletirá mais tarde no impeachment de Dilma Rousseff e na eleição de Jair Bolsonaro. Deflagrada a guerra ideológica, houve um grande investimento até convencer muita gente de que o verdadeiro racismo estaria em ações afirmativas, de que o ultraliberalismo seria vantajoso para os pobres, de que discutir ideologia de gênero seria doutrinação, e de que os autoritários seriam os partidos de esquerda, eximindo até mesmo quem tece elogios ao principal torturador da ditadura militar. Esse caldo alimentaria o ódio cuidadosamente gestado contra qualquer ideia progressista, no intuito final de vender a ideia de que Estado mínimo e conservadorismo nos costumes são soluções contra todos os males, especialmente a corrupção.

Nos anos seguintes, o acirramento dos ânimos contaria com a devoção a Sérgio Moro, a paixão breve por Aécio Neves, o entusiasmo com Eduardo Cunha e o ódio visceral a Lula. Nesse ínterim, meu mestrado em Teoria Literária me fez sentir a necessidade de ler bons pensadores marxistas, e eu só poderia enxergar a situação nas ruas e no Congresso como luta de classes. Meus posts e artigos em sites refletiam espanto com a enorme falta de sentido em se tirar Dilma para deixar Michel Temer no lugar: um dos meus textos alertava que isto seria trocar seis por 666. Outro, de 2016, já previa uma ascensão perigosa de Bolsonaro, apesar de eu avaliar que suas chances reais viriam em 2022 ou 2026, após acumular força.

Nas passeatas “Fora Dilma”, muita gente que ainda não se enxergava como bolsonarista minimizava os pedidos de intervenção militar que se espalhavam pelas avenidas, como se o apelo ao autoritarismo fosse meramente residual, como se o caráter predominante da onda antipetista fosse democrático. É claro que boa parte já agia com cinismo puro e simples, mas também havia muita gente incapaz de estabelecer conexões entre o legado cultural escravocrata, as cicatrizes da ditadura e nossa situação recente. Para bom leitor estava claro que os interesses eram outros e foi muito aflitivo notar que a multidão de verde e amarelo estava disposta a atropelar os votos de milhões, inclusive de amigos e conhecidos, sem uma justificativa coerente, enterrando qualquer ilusão sobre a cordialidade brasileira. Eu me sentia tão atordoado com as notícias diárias de uma imprensa que mais parecia uma máquina de instilar ódio que não suportei mais ficar observando, e numa data próxima do impeachment me “alistei” no exército do Ivan Valente. Quem fez a ponte foi o filho do deputado, meu amigo de velhos tempos, Rodrigo, que transmitiu ao mandato que eu escrevia bem e tinha uma postura política compatível.

Cheguei a um escritório simples, espaçoso, mas sem luxo algum, onde até a mesa de reuniões sinaliza mais a simplicidade de um educador do que a ostentação de uma figura de poder. Quem primeiro me recebeu foi o Marcelo, braço direito do Valente, que acabava de ter uma bebê e, mesmo perdendo o sono de madrugada para os cuidados paternos, se mostraria sempre um lutador incansável e bem-disposto. Logo entendi que, para trabalhar na comunicação do mandato, mesmo assumindo uma tarefa de grande responsabilidade, eu receberia a mesma quantia que vinha recebendo como tradutor freelance. Definitivamente, ali a política não é atividade para enriquecimento, e isso se nota pelos carros de toda a assessoria: até mesmo o do Marcelo, que cuida também da tesouraria, está aquém do que a classe média consumista considera razoável. O próprio deputado se contenta com um carro bem modesto e deixa bastante claro que as prioridades são outras. O Valente até me pediu desculpas por pagar tão pouco, mas tinha muita gente para carregar nas costas, e contava com um espírito de militância para que nos empenhássemos, mesmo sem a motivação mais mundana.

Mesmo trabalhando muito para ganhar pouco, trabalhar no mandato nesse período foi ótimo para manter a sanidade, ajudando com os pronunciamentos do deputado na Câmara, criando material para o Facebook e marcando presença na luta contra o conservadorismo. No meio de toda aquela crise eu não vinha conseguindo me concentrar em nada que não fosse política diretamente na veia. Enquanto quase todos meus amigos lamentavam ter que aguentar o *bullying* dos “coxinhas” em seus ambientes de trabalho, eu tinha as conversas mais instigantes com a equipe de comunicação (Fabiano, Vini e Márcio, um verdadeiro privilégio trabalhar com vocês), recebia conselhos e conhecimentos jurídicos do Doutor Alberto, ouvia as histórias de capoeirista do Mestre Del, as velhas histórias de operário sedutor do Miguel, admirava as lutas por moradia do Anselmo, e, uma das experiências que mais fazem falta à maioria dos brasileiros, eu convivía com um feminismo ao mesmo tempo forte e terno, com a Lu, a Claudinha, a Sylvie e a Renata. Em outro momento posso contar melhor as histórias que vivi com esse povo de luta, com todos que conheci na militância, mas já dá para imaginar que era um ambiente de trabalho bem diferente de uma empresa convencional. As análises de conjuntura do Valente e as visitas ocasionais de Guilherme Boulos e Marcelo Freixo enriqueciam tanto a minha visão de mundo que compensavam as dificuldades. O dia a dia era pesado, mas também divertido — a equipe de comunicação tinha uma criatividade infinita para criar piadas, fossem de teor político ou nem tanto.

Moro estará em um governo que já se inicia com ao menos nove ministros enrolados com a Justiça, batendo o recorde anterior, de Temer (sete ministros).

Difícil avaliar se nosso assunto mais recorrente eram as atuações do Valente e do PSOL, se as movimentações dos políticos da direita ou preocupações com o PT. Tudo isso era sempre pensado junto. Algo que não procede, contudo, é supor que o PSOL seja um “puxadinho do PT”, como dizem muitos adversários. Se fosse puxadinho, não haveria uma atuação firme do PSOL na CPI da Petrobras, tentando enfrentar operação-abafa tanto de tucanos quanto de petistas. E se fosse puxadinho, o PSOL também não teria feito o pedido de cassação contra Eduardo Cunha. O ex-presidente da Câmara, que Glauber Braga chamou de gangster, colocou o pedido de Dilma em pauta como retaliação quando ficou encurralado. Aliás os petistas mais fanáticos se inflam de ódio contra o PSOL por não ter mostrado um alinhamento subserviente ao PT. Mas se não fosse a independência comprovada, que outra força política organizada teria moral para mostrar que ser contra o impeachment de Dilma era uma saída ética, inclusive coerente para quem luta de verdade contra a corrupção?

As recentes revelações sobre o clã Bolsonaro nos deixam ainda mais seguros sobre aquilo que já sabíamos, mas que nem sempre se evidencia com clareza. Por mais que possa haver descontentamento com governos petistas, não se pode tomar o PT como sinônimo de

corrupção, mesmo porque um dos maiores equívocos que se comete no Brasil é supor que a destruição do petismo conduz à moralidade. Não se confunda Moro com moral. A máscara do juiz já vinha se desgastando, e caiu de uma vez quando ele aceitou fazer parte de um governo que se elegeu com uso de caixa 2. Moro estará em um governo que já se inicia com ao menos nove ministros enrolados com a Justiça, batendo o recorde anterior, de Temer (sete ministros). Quanto ao escândalo da COAF, podemos dizer de consciência tranquila que o conjunto de indícios que pesa contra os Bolsonaros, onde se incluem transferências bancárias, já é bem mais comprometedor do que o demonstrado na controversa e frágil sentença contra Lula.

Na TV e nos jornais, as pessoas encontram imagens de Ivan Valente, de Luiza Erundina e Guilherme Boulos em São Bernardo em ato de solidariedade ao ex-presidente metalúrgico. Eu também estava por ali naquele dia melancólico. Sei do quanto eles se emocionaram, mas sei também do quanto tiveram que superar profundas mágoas e reservas para subir com Lula no palanque, principalmente os dois deputados da velha guarda. Apoiaram um condenado que, se para muitos é o grande mártir de nossos tempos, para outros é uma espécie de encarnação do mal. Esse gesto cobrou um certo preço político dos psolistas, nem todos seus eleitores habituais compreenderam. Erundina e Valente fizeram o que sentiram ser o mais justo em uma situação delicada, em suas consciências o compromisso humanitário superou o cálculo eleitoral, e agiram com tanto acerto que depois a ONU viria dar respaldo. Teria sido bem melhor que não atingíssemos esse ponto de tensão, bastando que, na opinião pública, a corrupção fosse discutida com maior complexidade, com maior amplitude e com maior isenção.

The Guardian revelou informações obtidas pelo Greenpeace sobre o lobby de petroleiras britânicas, entre elas a Shell, para afrouxar leis de tributação, licenciamento e exigência de conteúdo nacional. O resultado foi a edição de uma medida provisória que levaria a perdas na arrecadação estimadas em um trilhão de reais ao longo de sua vigência, até 2040.

A MP 795, por exemplo. Uma das minhas tarefas mais marcantes como assessor parlamentar foi ter ajudado o deputado na elaboração de um pronunciamento sobre a chamada MP do Trilhão. A medida foi pouco divulgada no Brasil, tivemos que contar mais uma vez com a imprensa internacional para expor nossa condição de eterna colônia. *The Guardian* revelou informações obtidas pelo Greenpeace sobre o lobby de petroleiras britânicas, entre elas a Shell, para afrouxar leis de tributação, licenciamento e exigência de conteúdo nacional. O resultado foi a edição de uma medida provisória que levaria a perdas na arrecadação estimadas em um trilhão de reais ao longo de sua vigência, até 2040. Fizemos nossa parte, alertamos na tribuna e nas redes sociais, mesmo assim a alteração foi aprovada, esvaziando de sentido o suposto patriotismo dos deputados que derrubaram Dilma. Em uma canetada, o Congresso e “MiShell” subtraíram dos cofres públicos um valor dezenas de vezes superior ao do petrolão, sem expectativa de retorno condizente com o montante cedido a estrangeiros. É escandaloso que isso não tenha escandalizado a grande imprensa brasileira.

A esquerda tem de insistir na disputa de narrativa, lembrando que algumas vitórias pontuais nos indicam um caminho a trilhar.

Está difundida a percepção, correta, de que há todo um sistema de poder prejudicando a população, mas não é tão simples perceber como funciona o modelo ultraliberal e como enfrentá-lo. O trabalhador que pega pesado no batente mal tem tempo e energia sobrando para se informar sobre política, e quando o faz acaba recorrendo a telejornais de viés liberal, ou a figuras como os pastores de sua igreja, isso quando não consome *fake news* sem checar. A esquerda tem de insistir na disputa de narrativa, lembrando que algumas vitórias pontuais nos indicam um caminho a trilhar. Por exemplo, o êxito da campanha contra a Reforma da Previdência, levando Temer a desistir de sua principal promessa para o mercado financeiro, valeu cada gota de suor. Bolsonaro já anunciou que tentará fazer o que Temer não conseguiu, mas sem dúvida enfrentará enorme resistência e um considerável desgaste em sua popularidade. Para sermos francos, também foi a concessão à agenda ultraliberal que esvaziou o apoio a Dilma em 2015. Uma grande ironia, pois ela adotou o programa econômico do candidato derrotado para acalmar a fúria de um mercado impossível de contentar, e o resultado só poderia mesmo ter sido um desastre.

Por mais danosas que tenham sido as inconsistências do PT, é o governo Temer que sai pela porta dos fundos com recorde negativo de aprovação. Essa marca se deve à acentuação do programa ultraliberal com Temer, mas, em alguma medida, também devido a um forte trabalho de comunicação da esquerda. Nossa esperança era que, predominando a consciência de que o impeachment piorou o Brasil, o voto seguinte pudesse recolocar o Brasil no campo progressista — e quem sabe até com maior coerência ideológica, após o fracasso da política de conciliação. Algo desse tipo poderia acontecer se houvesse maior normalidade institucional — especialmente, se o candidato à frente das pesquisas pudesse concorrer, ou então, se a Justiça tivesse agido com maior agilidade e contundência contra as *fake news*. Abertas as urnas, a única boa notícia, do meu ponto de vista, foi o crescimento do PSOL, mas a correlação de forças que se desenha com a vitória do fascismo brasileiro não é animadora.

É de se lamentar profundamente que Bolsonaro tenha pautado a disputa pelos costumes, evocando preconceitos e fobias que impossibilitaram qualquer discussão séria de projetos. Havia outros candidatos de direita no páreo, alguns até mesmo com imagem associada à honestidade, mas o vencedor foi o que mais radicalizou contra tudo que há de progressista. Neste cenário, prever que será um péssimo governo não é mais precipitado que a previsão anterior, sobre a piora que viria com o impeachment, antes mesmo que este fosse votado. Enxergando bem o tabuleiro, sabe-se com lances de antecedência que não se elegeu um projeto de nação, muito menos em benefício do povo. Não há espaço para otimismo, mas sabe-se que a história tem suas surpresas e reviravoltas. A esquerda terá novamente um imprescindível papel de resistência, esclarecimento e luta, ciente de uma conjuntura de maior agressividade e provavelmente até de perseguição política. Um trabalho urgente é o de reconquistar mentes e corações, e para isso teremos de reverter a inversão de pautas. Se essa onda autoritária começou com o sequestro dos protestos por Passe Livre, será preciso encontrar meios para recolocar na ordem do dia o estado democrático de direito, a soberania popular, o combate à desigualdade e a valorização do conhecimento e da cultura. Para quem sonha com um mundo justo a luta não termina nunca.

Ivan Hegen é mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada (USP). Trabalhou como tradutor e, entre 2016 e 2018, foi assessor do deputado federal Ivan Valente, do PSOL.

A derrocada do Brasil como ator de relevância internacional

Por Leonardo Valente

O Brasil possui longa tradição de reconhecimento internacional, calcada tanto na qualidade de sua diplomacia, quanto na elaboração e na execução de sua política externa. Trata-se de relevante capital de prestígio que se manteve de certo modo preservado em diferentes momentos históricos, mesmo diante de distintas visões de governo e modelos de regime político, assim como em diferentes conjunturas econômicas, inclusive as mais dramáticas. Estado de dimensões continentais, quinta maior população do mundo e que varia entre a sexta e nona maior economia entre as nações, a importância geopolítica do Brasil é inquestionável e sua postura no exterior, ainda que sem o protagonismo das grandes potências, sempre o colocou em posição relativamente privilegiada e de destaque, especialmente na esfera intergovernamental. O país, contudo, se vê neste momento em seu mais complicado jogo político internacional, e que tem potencial de rebaixá-lo de patamar no intrincado relacionamento entre as nações, tanto na esfera multilateral quanto nas relações bilaterais. Após mais de uma década de inserção internacional com claro objetivo de obter maior protagonismo em um mundo em clara transição hegemônica, ao que tudo indica as diretrizes do governo do presidente eleito Jair Bolsonaro apontam para um recuo acentuado nessa direção, substituindo tal estratégia por um realinhamento hemisférico, com grandes contornos de submissão — conhecido no jargão da política externa como alinhamento automático — em relação aos Estados Unidos.

O que se vislumbra para os próximos anos não é apenas o retorno passivo à condição de área de influência, mas também a importação de uma pauta que não apenas confere ao Brasil comportamento sui generis em relação aos EUA, como fere sua tradição diplomática, põe em risco seu prestígio e sua própria segurança.

É fato conhecido que a política externa brasileira tem amplo histórico oscilante entre alinhamentos em relação aos governos de Washington, e momentos de execução de uma postura mais independente e pragmática, voltada para a interlocução com o mundo a partir do pressuposto de que seu peso internacional lhe confere credenciais para protagonizar temas e questões além de sua região. Mas o que se vislumbra para os próximos anos não é apenas o retorno passivo à condição de área de influência, mas também a importação de uma pauta que não apenas confere ao Brasil comportamento *sui generis* em relação aos EUA, como fere sua tradição diplomática, põe em risco seu prestígio e sua própria segurança interna. O anúncio da possível transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, e as ameaças retóricas e gestos hostis feitos a países de sua própria região, como Venezuela e Cuba, são exemplos claros da importação dos objetivos mais duros da política externa estadunidense e que nunca integraram a agenda brasileira, nem mesmo durante a Ditadura Militar. Enquanto a proposta de mudar a embaixada para Jerusalém joga o país no centro de um dos conflitos mais tensos do cenário internacional, apaga o histórico coerente de sua política externa em relação ao tema desde a criação do Estado de Israel e aumenta de forma considerável o risco de retaliações comerciais e políticas dos países árabes e as ameaças terroristas, a ferocidade retórica e o jogo descortês com Venezuela e Cuba — exemplificados no inadmissível e inacreditável “desconvite” para a posse do presidente — fere de morte todo o projeto do país para o exercício de uma liderança regional branda e benéfica, a partir dos pressupostos da integração regional e das reduções de assimetrias, e relança com mais força não apenas nos Estados envolvidos mas em toda América Latina a antiga ideia de que o Brasil sempre procurou exercer na região papel sub-imperialista, e que por isso deve ser visto com toda desconfiança.

O Brasil destes novos tempos parece ter desaprendido de uma vez que comércio internacional é, acima de tudo, política, e se distanciar da China não será apenas pôr em xeque os acordos com seu principal parceiro comercial, mas perder poder de barganha inclusive com os Estados Unidos.

Estratégias malconduzidas em política externa podem provocar danos de longa duração e de alto custo para reversão. O realinhamento hemisférico e o descaso com o bom relacionamento regional, daninhos por si só, infelizmente estão na superfície de uma perigosa política ainda mais ampla, fruto de uma escolha que pode ser a mais prejudicial ao Brasil desde sua independência: a de ignorar a diversificação do poder internacional no século XXI e de se centrar em uma aliança assimétrica com o Ocidente, tendo como base a manutenção da hegemonia estadunidense e dos valores cristãos pentecostais e neopentecostais. O que se desenha para a arquitetura da nova política externa brasileira é exatamente a realização do que se nega. Ao mesmo tempo em que se acusa erroneamente de ideologização, no sentido vulgar do termo, a prioridade dos governos anteriores nas relações Sul-Sul e nos projetos de integração, o que se pretende fazer no novo governo é justamente a mais profunda radicalização ideológica que o Brasil já vivenciou na política externa, com o abandono do pragmatismo e da diversidade de relações condizentes com o tamanho e o peso do país. Pragmatismo implementado em governos tão diversos como os de João Goulart, Ernesto Geisel, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

O cenário político desta primeira parte do século XXI é claramente marcado pelo início de uma profunda transição de poder. Deixamos para trás a era da unipolaridade estadunidense do pós Guerra-Fria, e seguimos em um mundo ainda em indefinição, onde a China se impõe como potência capaz de competir e até mesmo de superar os Estados Unidos em áreas essenciais, onde a Rússia retoma, aliada aos chineses, papel protagonista nos assuntos internacionais, especialmente por conta de sua enorme capacidade bélica, e onde a Ásia consolidou-se, fato há muito tempo esperado, como o principal teatro geopolítico e da economia mundial. Trata-se de disputa com capacidade de abalar as estruturas do sistema e da ordem internacionais, mas sem uma característica importante da bipolaridade da Guerra Fria: a de adesão compulsória e manifesta a um dos lados em disputa. Neste contexto, os mais diferentes atores, inclusive países tradicionalmente aliados aos EUA, como os da Europa Ocidental e o Japão, atuam de forma pragmática, de olho no que cada uma das grandes potências pode oferecer, interessados na barganha e na multiplicidade de relações, prontos para obterem benefícios de ambos os lados. O Brasil, contudo, sinaliza seguir na contramão, e retirar de vez o pragmatismo de sua agenda. O distanciamento já percebido em relação aos BRICS, e uma política confusa, ideológica e atrapalhada em relação à China — a visita de Bolsonaro a Taiwan, uma ofensa ao governo de Pequim, foi um dos maiores exemplos disso — pode não apenas gerar prejuízos gigantescos para a economia, como retirar o país das chamadas novas “Rotas da Seda”, projetadas pelos chineses para praticamente todo o mundo, que muito mais do que projetos de comércio se constituem como eixos de relacionamentos políticos e estratégicos no novo mapa do poder que se desenha, bem mais complexo e diverso. O Brasil destes novos tempos parece ter desaprendido de uma vez que comércio internacional é, acima de tudo, política, e se distanciar da China não será apenas pôr em xeque os acordos com seu principal parceiro comercial, mas perder poder de barganha inclusive com os Estados Unidos. Abandonar o pragmatismo para adotar uma postura ideológica digna de Guerra Fria não resultará em benesses oferecidas pelo aliado, esta é a conclusão dos leigos e dos inocentes, será jogar

o país na irrelevância para ambos os lados. A política internacional não perdoa a ingenuidade.

O conjunto de políticas que se vislumbra para os próximos anos na área externa, a se confirmarem, comprometem a imagem e a inserção do país tanto em nível regional, quanto no novo contexto global. Dois fatores extremamente negativos e concomitantes, uma tempestade perfeita. E tempestades perfeitas derrubam grandes aviões. Se nada for feito em sentido contrário às tendências já

apontadas, nem mesmo a vocação natural do Brasil para o protagonismo será capaz de impedir sua nova condição de irrelevância, sua derrocada, por longo tempo, como ator internacional.

Leonardo Valente é escritor, jornalista e professor universitário, diretor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ.

O fascismo revisitado: a manutenção extrema do privilégio

Por *Márcia Denser*

Algumas considerações que talvez possam ajudar a entender a situação que o Brasil enfrenta com a emergência de Jair Bolsonaro e seus seguidores em nível nacional, baseadas no texto de Sara Robinson, do blogue *For Our Future* (traduzido no site *Viomundo*, de Luiz Carlos Azenha), que trata da ascensão do fascismo nos EUA, porque qualquer semelhança não é coincidência.

O artigo comenta que, através da escuridão dos anos do governo de George W. Bush, os progressistas assistiram horrorizados ao sumiço das proteções constitucionais, à retórica nativista, ao uso do discurso de ódio transformado em intimidação e violência e a um presidente dos Estados Unidos que assumiu poderes só observados nos piores ditadores da história (até então Donald Trump e sua tropa nem eram cogitados pelos progressistas de touca, feito anjinhos).

“Com cada novo ultraje, o punhado de nós que tinha se tornado expert na cultura e na política da extrema-direita ouvia de novos leitores preocupados: chegamos lá? Já nos tornamos um estado fascista? Quando vamos chegar lá? Ao investigar a quilometragem nesse caminho para a perdição, muitos de nós nos baseamos no trabalho do historiador Robert Paxton, provavelmente o estudioso mais importante na questão de como os países adotam o fascismo.

Ele afirma que as democracias se tornam fascistas por um processo reconhecível, um grupo de cinco estágios. De qualquer forma, o futuro fascista dos Estados Unidos aparece bem grande diante do vidro do automóvel.”

O que é fascismo?

Afinal, o que é fascismo? Eis a definição de Paxton: “É um sistema de autoridade política e ordem social marcada pela preocupação obsessiva com o declínio da comunidade, com a humilhação e a vitimização e pelo culto compensatório da unidade, energia e pureza, na qual um partido de massas de militantes nacionalistas, trabalhando em colaboração com as elites tradicionais, abandona as liberdades democráticas e busca, através de violência e sem controles éticos ou legais, cumprir objetivos de limpeza interna e expansão externa”.

No **1º estágio**, um movimento rural emerge em busca de algum tipo de renovação nacionalista, usando temas como unidade, ordem e pureza. **A razão é rejeitada em favor da emoção.** A maneira como a história é contada muda de país para país, mas sempre tem origem na purificação da sociedade das influências tóxicas de estrangeiros e de intelectuais, aos quais cabe o papel de culpados pela miséria atual.

A Ku Klux Klan, formada em reação à restauração pós-Guerra Civil, pode ser o primeiro movimento autenticamente fascista dos tempos modernos. Quase todo país da Europa teve um movimento protofascista nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial (quando o Klan ressurgiu nos Estados Unidos), mas a maior parte deles empacou no primeiro estágio. O conservadorismo moderno dos Estados Unidos foi construído sobre esses mesmos temas. Do “Despertar nos Estados Unidos”, tema de campanha de Ronald Reagan, aos grupos religiosos prontos para a “Ruptura”, ao nacionalismo branco promovido pelo Partido Republicano através de grupos racistas de vários graus, é fácil identificar como o protofascismo estadunidense ofereceu a redenção dos turbulentos anos de 1960 ao promover a restauração dos Estados Unidos tradicionais, brancos, cristãos e patriarcais.

Essa visão foi abraçada tão completamente que todo o Partido Republicano agora se define nessa linha. Nesse estágio, é abertamente racista, sexista, repressor, excludente e permanentemente viciado na política do medo e do ódio. Pior: não se envergonha disso. Não se desculpa perante ninguém. Essas linhas se teceram em todo movimento fascista da história.

No **2º estágio**, os movimentos fascistas ganham raízes, se tornam partidos políticos reais e ganham um lugar na mesa do poder. Na era Bush (entre 2001-2009), os grupos anti-imigração, apoiados pelo Partido Republicano, infernizaram a vida dos trabalhadores rurais hispânicos nos Estados Unidos. Enquanto a violência contra hispânicos aumentava (cidadãos estadunidenses ou não), os esquadrões da direita obtiveram treinamento básico a ser usado como intimidação.

Adolf Hitler, na Alemanha, e Benito Mussolini, na Itália, assumiram o poder sob essas mesmas circunstâncias: paralisia do governo constitucional (produzida em parte pela polarização promovida pelos fascistas); avanço da esquerda; líderes conservadores que se sentiram ameaçados pela perda de capacidade para manter a população sob controle e se negaram a trabalhar com a esquerda, sentindo-se incapazes de continuar no governo contra a esquerda sem um reforço de seus poderes.

E, mais perigosamente, a aceitação pela elite conservadora de trabalhar com os fascistas.

Essa descrição parece muito com a situação difícil em que os congressistas republicanos estiveram naquele momento. Apesar de o partido ter sido humilhado, rejeitado e reduzido a um status terminal por uma série de catástrofes nacionais, a maior parte produzida por ele mesmo, sua liderança considerava inimaginável cooperar com os democratas em ascensão.

Pequenos protestos se tornam espancamentos, mortes e a aplicação de rótulos em certos grupos para eliminação, tudo dirigido por pessoas no topo da estrutura de poder.

Assim, pensaram: sem rotas legítimas para voltar ao poder, nossa última esperança é investir no que restou de nossa “base dura”, dando a ela legitimidade. Recrutá-la como tropa de choque e derrubar a democracia pela força.

Quando essa aliança “não santa” é feita, o **3º terceiro estágio**, ou seja, a transição para um governo fascista, começa.

Durante os anos do governo Bush, os analistas progressistas da direita se negaram a chamar o que viam de “fascismo” porque, apesar de se estar atento, nunca se viu sinais claros e deliberados de uma parceria institucional comprometida entre as elites conservadoras dos Estados Unidos e a horda nacional de camisas-marrom.

O ponto decisivo: de acordo com Paxton, esse momento da aliança do terceiro estágio é decisivo, e o pior é que, quando se chega a esse ponto, é tarde para pará-lo. Daqui, há uma escalada, quando pequenos protestos se tornam espancamentos, mortes e a aplicação

de rótulos em certos grupos para eliminação, tudo dirigido por pessoas no topo da estrutura de poder.

A história nos diz que uma vez que a aliança entre a elite e a tropa de choque é formada, catalisada e tem sucesso em busca do poder, não há mais como detê-la.

Mas qual é a linha do perigo?

Paxton a identifica com três simples questões:

1. Estão os neo ou protofascistas se tornando arraigados em partidos que representam grandes interesses e sentimentos e conseguem ampla influência na cena política?

2. O sistema econômico ou constitucional está congestionado, de forma aparentemente insuperável, pelas autoridades atuais?

3. A mobilização política rápida está ameaçando sair do controle das elites tradicionais, ao ponto que elas poderiam buscar ajuda para manter o controle?

Segundo a avaliação, a resposta é sim: estamos muito perto.

A história nos diz que uma vez que a aliança entre a elite e a tropa de choque é formada, catalisada e tem sucesso em busca do poder, não há mais como detê-la. Infelizmente este parece ser hoje o caso do Brasil, não?

Prevê-se que um autêntico fascismo popular nos Estados Unidos será crente e anti-negros. Se uma aliança entre as corporações e os camisas-marrom tiver êxito, pode rapidamente ascender ao poder e destruir os últimos vestígios de um governo democrático.

No 4º estágio, quando assumir o controle completo do país, lutas políticas vão emergir entre os crentes do partido — os camisas-marrom e as instituições da elite conservadora — igreja, militares, profissionais e empresários. O caráter do regime será determinado por quem vencer a disputa.

Se os membros do partido (que chegaram ao poder através da força bruta) vencerem, um estado policial autoritário seguirá. Se os conservadores conseguirem controlá-los, uma teocracia tradicional, uma “corporocracia” ou um regime militar podem emergir com o tempo. Mas em nenhum caso o resultado lembrará a democracia que a aliança derrubou.

Fraude e eleições: o caso das fake news

Por Márcia Marques e Rosângela Vieira Rocha

O sociólogo Marcos Coimbra, no Seminário Mídias Sociais e Comunicação Digital, realizado em Belo Horizonte em 14/12/18, afirmou que houve fraude nas eleições brasileiras de 2018. Dono do instituto de pesquisas Vox Populi, descreveu as alterações fora de padrão que os números apresentaram a uma semana do primeiro turno: o nome de Fernando Haddad, que vinha em alta na intenção dos eleitores, estancou; Jair Bolsonaro, que estava estacionado, registrou um avanço atípico.

Há indícios de que houve mudança de comportamento do eleitorado causada pela utilização ilegal das redes digitais para a disseminação de mentiras, as fake news, como também se denomina esse fenômeno de desinformação que, embora não tenha nascido no Brasil, encontrou terreno fértil por aqui. No período que antecedeu o primeiro turno, apenas uma página na internet — com o mesmo endereço do site do candidato Bolsonaro — disparou 600 mil mensagens com informações falsas relativas a questões morais, nas quais se destacaram o “kit gay”, distribuído em escolas; a

Caracteriza-se o 5º estágio como “radicalização ou entropia”. Radicalização, se o novo regime conseguir uma grande vitória militar (no Oriente Médio ou na Venezuela), o que consolida seu poder e dá apetite para expansão e uma reengenharia social em grande escala (vide a Alemanha).

Na ausência do evento radicalizador, podemos ter a entropia, com a perda pelo estado de seus objetivos, o que degenera em incoerência política (vide Itália fascista). E até o Brasil e o presente estado caótico e anômico (com as leis e regras constitucionais transgredidas) do pós-impeachment.

É fácil neste momento olhar para a confusão na direita e dizer que é puro teatro político do tipo mais absurdamente ridículo. Que é um show patético de marionetes furiosas. Que essas pessoas não podem ser levadas a sério. Mas estamos exatamente no momento no qual nossos melhores especialistas afirmam que o fascismo nasce. Sempre que os conservadores no Congresso, os comentaristas de extrema-direita e seus ruidosos seguidores conseguem segurar nossa capacidade de governar o país, é mais um dia em que caminhamos em direção à linha final, da qual nenhum país, segundo a história, conseguiu retornar.

Estamos exatamente no momento no qual o fascismo nasce, afirmam nossos melhores especialistas.

Sujeito profético esse Paxton, previu Trump e o lamentável estado atual da política dos Estados Unidos com dez anos de antecedência. Pena que não lhe deram ouvidos. Lá e agora aqui no Brasil.

É isso, eis para onde apontava a mudança pressentida — por Ignácio Ramonet, Paulo Arantes, eu mesma — do “Espírito de Época” desde o início dos anos de 1990.

Desfazendo todas as ilusões — eis o significado ideológico do “fim da história” de Francis Fukuyama —, fim da arte, fim das utopias, fim dos ideais, fim do sujeito — ou do ser humano como “sujeito da história”.

Quantos holocaustos (e quantos genocídios) ainda custará à humanidade a manutenção do privilégio?

Márcia Denser é escritora e jornalista. Formou-se em Comunicação e Arte pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem pós-graduação em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP.

“mamadeira de piroca”, nas pré-escolas; a denúncia de estupro cometido por Haddad. A lista de notícias falsas é imensa e os responsáveis pela campanha do ex-prefeito de São Paulo só perceberam as dimensões do problema depois que ele já estava em proporções de incêndio.

No período que antecedeu o primeiro turno, apenas uma página na internet — com o mesmo endereço do site do candidato Bolsonaro — disparou 600 mil mensagens com informações falsas relativas a questões morais.

O alvo receptor desse conjunto de mentiras foi bem preciso: pessoas de baixa renda, moradoras do Sudeste do Brasil, e evangélicos. Hoje, as mídias de redes — como o WhatsApp e o Twitter, utilizados fortemente por Bolsonaro — permitem definir o alvo de maneira muito específica. É o que se denomina *microtarget*: cada pessoa recebe mensagens contendo informações adequadas ao seu perfil, geralmente em um grupo de amigos ou colegas, o que a leva a aceitar os conteúdos como verdadeiros ou verossímeis.

Isto nos remete à questão da vida em rede. Nos estudos teóricos, a rede pode ser definida como um conjunto de atores — humanos ou não — que se relacionam de alguma maneira, em um ambiente digital ou não, em determinado contexto social. Pode ser a rede elétrica, com cabos que saem de grandes estações e se distribuem até a energia chegar nas casas, fábricas etc. Pode ser a rede de amigos que moram em determinado bairro e distribuem sopa para pessoas em situação de rua naquela região. Estes invisíveis vulneráveis, que vivem pelas calçadas do lugar, formam uma outra rede. As duas redes, quando se conectam no ato de dar e receber sopa, tornam-se outra rede. Entre essas redes transitam outras, governamentais, de assistência, de saúde, de educação.

Os estudos de rede datam dos anos 1950/60 ligados às ciências exatas e à Ciência da Informação, que estuda a produção científica e o desenvolvimento do pensamento científico. As pesquisas que buscavam entender as características comuns às redes — humanas ou não — encontraram um tripé essencial: 1) todas as redes têm figuras que centralizam os fluxos são denominadas *hubs* — o aeroporto de Brasília é *hub* importante para o fluxo de aviões de e para todas as regiões do país, por exemplo; 2) a tendência de agrupar-se é outra característica da rede; os *clusters* nada mais são do que os subgrupos e panelinhas que se formam, seja em redes celulares, familiares ou de distribuição de energia; 3) como se agrupam e formam conexões, as redes também tornam os mundos pequenos; o *small world* é a característica da proximidade. Uma pessoa que conhece alguém que conhece o ex-presidente Lula, por exemplo, estará a três passos de proximidade da rede de conhecidos dele.

O uso de celulares descentralizados segue a mesma estrutura das pirâmides financeiras para ter amplitude na disseminação.

Foi no plano deste tripé que se deu a ação para disseminar notícias falsas que prejudicaram o candidato Fernando Haddad, da Frente Brasil Feliz de Novo. Na primeira etapa, foram produzidas notícias falsas distribuídas por robôs a partir de redes formadas nos Estados Unidos, onde a regulação é diferente da brasileira. Essas máquinas, alimentadas por robôs e por ativistas mercenários, emitiram as *fake news* para celulares pré-pagos brasileiros, comprados com CPFs falsos, obtidos por meio da extração de dados disponíveis nas redes. Estes celulares pré-pagos passaram a integrar grupos de amigos, familiares, onde estão as pessoas que se pretendia alcançar. O uso de celulares descentralizados segue a mesma estrutura das pirâmides financeiras para ter amplitude na disseminação.

Os grupos de amigos, familiares, os *clusters*, enfim, foram mapeados a partir da coleta de dados das pessoas na rede, em mídias como Facebook, WhatsApp e Instagram (as três mídias pertencem a Mark Zuckerberg). Um meio bastante comum de fornecimento de dados é a participação em *Quizz*, questionários que querem “descobrir” que pensador você foi no século XIX, que flor o representa, que filme é você. São portas abertas para o perfil de quem responde e da rede de amigos que possui. Cada curtida diz muito sobre quem curte.

São esses dados que alimentam as máquinas e são processados por meio de algoritmos. Palavra muito usada atualmente, o algoritmo é a fórmula de como as coisas devem funcionar — uma receita de bolo, com os ingredientes, utensílios para assar e o passo a passo de como fazer, por exemplo, é um algoritmo. A questão é que os algoritmos que orientam as máquinas chegam a ter milhares de linhas de instruções oferecidas no formato de fórmulas matemáticas. Hoje

existem algoritmos que criam algoritmos: há sistemas que criam algoritmos para responder perguntas a partir da pesquisa dos dados históricos; outros que criam algoritmos para usar dados históricos a fim de prever o que vai acontecer — como no filme *Minority Report*. A partir do algoritmo, torna-se possível promover ações de *microtarget*, com a divisão da população em conjuntos matemáticos planejam-se blocos de informações mais simples de administrar. O algoritmo pode orientar o uso de todos os dados do indivíduo por suas pegadas deixadas na rede — uso de cartão para compras, cliques nas publicações da rede, encaminhamento de mensagens, dados abertos sobre servidores públicos — para saber quem ele é e o que ele quer “ouvir”.

Mundos pequenos ou *small worlds* é a denominação do fenômeno de proximidade entre atores, especialmente com a aceleração promovida pelas tecnologias que, em poucas conexões, ligam todo o planeta. É pela conexão dos mundos pequenos que circulam as pirâmides. Muitos conhecem esse golpe, que surgiu nos EUA em 1920, em que pessoas são estimuladas a depositar dinheiro na conta de pessoas que depositam na conta de outras e assim sucessivamente, até atingirem um número em que ninguém mais paga e só os primeiros ganham. Durante a eleição, o fenômeno da pirâmide alimentou com notícias falsas uma rede que se expandiu como círculos formados em torno de uma pedra jogada na água.

A notícia falsa se parece muito com o boato, uma informação inverídica que circula tomando por base temas que estão no debate público. Em geral, tem forte conteúdo emocional, abusa de adjetivos e advérbios.

É nesta estrutura mapeada, dividida por tipos de interesses e profundamente conhecida por grupos como a empresa Analytica, de análise de dados para assessoria em eleições, que se montam as atuais estratégias para as campanhas eleitorais. Foi essa a estratégia utilizada durante o plebiscito do Reino Unido que culminou no Brexit, a saída do bloco econômico; esse, igualmente, o caminho que elegeu Donald Trump presidente dos Estados Unidos e também o trilhado nas últimas eleições brasileiras. Nos três casos, uma ação em rede comum: a distribuição de notícias falsas que resultaram, inclusive, em desavenças familiares.

Um subgênero da desinformação, as *fake news*, como são conhecidas, buscam imitar a estrutura e a narrativa das notícias verdadeiras, de acordo com o gênero jornalístico opinativo. Geralmente são publicadas no mesmo formato gráfico que se tem, no imaginário, de noticiário jornalístico. O *Breitbart News*, jornal estadunidense que divulga informações falsas como se fossem verdadeiras, e o *Sensacionalista*, jornal brasileiro de humor que se apresenta como “isento de verdade” são bons exemplos dessa semelhança. A notícia falsa se parece muito com o boato, uma informação inverídica que circula tomando por base temas que estão no debate público. Em geral, tem forte conteúdo emocional, abusa de adjetivos e advérbios. Além disso, não cita fontes para a informação, no máximo são citados personagens que não foram entrevistados.

Torna-se cada mais necessária a aproximação entre as universidades e a sociedade, especialmente por meio da Extensão, um dos tripés de sua estrutura, como prevê a Constituição Federal.

Uma estratégia que tem sido usada com frequência é a divulgação de uma declaração pública via Twitter, Instagram ou *live* no Facebook que serve de confirmação de notícia falsa. Durante o primeiro turno, mulheres saíram pelas cidades do país na marcha do

#EleNão. As redes manipuladas por meio do algoritmo foram inundadas com vídeos mostrando imagens de mulheres defecando em igrejas e se masturbando com crucifixos. Via Twitter, um dos filhos de Bolsonaro fez uma declaração sobre a limpeza e a boa educação das mulheres de direita, que, à época, soou esdrúxula ou incompreensível para quem não estava inserido nessas redes.

O fenômeno ainda é recente. Calcula-se que este uso específico tenha começado a ser aplicado a partir de 2012. As universidades e centros de pesquisa têm se debruçado sobre o tema. Torna-se cada mais necessária a aproximação entre as universidades e a sociedade, especialmente por meio da Extensão, um dos tripés de sua estrutura, como prevê a Constituição Federal.

No caso específico da Universidade de Brasília, somente em 2018 foram realizados mais de 170 projetos de extensão, nas diversas áreas do conhecimento. Esses projetos se relacionam a aprendizados técnicos, como o uso de computador e equipamentos, e à formação teórica.

Para citar um exemplo, uma das autoras deste artigo participou, como palestrante, da III Jornada de Crítica Literária: Literatura e Ditaduras, promovida pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, espaço de discussão

Eleições: o que aprender?

Por Matheus Arcaro

Assim que me foi feito o convite para escrever este artigo, veio-me à mente sua estrutura: bélica, de ataque, cujo título seria “A agonia do Brasil”. Um texto em que eu ressaltaria os arroubos ditatoriais de Jair Bolsonaro e seu completo desconhecimento sobre administração pública; um texto em que eu listaria suas centenas de frases machistas, racistas e homofóbicas; um texto em que eu caracterizaria grande parte de seus eleitores como fascistas ou ignorantes. Um texto, enfim, “lacrador”, provavelmente passível de muitos “likes” e “compartilhamentos”. Mas repensei. Esta estratégia falhou. Miseravelmente.

Não adianta falar para dentro da bolha vermelha ou, como sentenciava o filósofo de botequim, “pregar para convertidos”. Assim não conseguiremos fazer política na acepção profunda do termo. Eu acreditava que, para as eleições, o tom agressivo era necessário. Hoje tenho minhas dúvidas. De qualquer modo, após o sufrágio popular, é preciso repensar nosso *modus operandi*. Escrevo isso, inclusive, de frente para o espelho, como uma espécie de exercício psicanalítico.

Preâmbulo feito, eis o cerne da minha reflexão: é urgente repensar a esquerda. Os indícios vinham se mostrando há algum tempo, mas agora o recado é claro. Evidente que há uma fortíssima narrativa midiática e um judiciário partidário responsável pela demonização da esquerda. Porém precisamos pensar além disso. E, para pensar além, precisamos pensar em nós.

A “era Lula”, segundo estudo da FGV de 2011, foi a melhor fase da economia brasileira dos últimos 30 anos.

Mano Brown deu a letra no palanque do presidenciável petista. Para ele, o PT perdeu a capacidade de comunicação com o povo e tem que voltar às bases.

Bom, lembremos que o PT esteve no poder por 13 anos e trouxe melhorias consideráveis ao Brasil. A “era Lula”, segundo estudo da FGV de 2011, foi a melhor fase da economia brasileira dos últimos 30 anos (para ficarmos em apenas dois dados: em 2002, o Produto Interno Bruto era de R\$ 1,48 trilhões; em 2013 passou a R\$ 4,84 trilhões. O PIB per capita em 2002 era de R\$ 7,6 mil; em 2013 passou a R\$ 24,1 mil). Segundo a mesma FGV, o índice de pobreza do Brasil caiu 50,6% no governo Lula. Em 2014, tivemos a menor taxa de desemprego da história, de acordo com o IBGE. Em 12 anos, houve

aprofundada sobre literatura contemporânea e ditadura, que problematizou o discurso literário diante de autoritarismos, dos limites da democracia e os efeitos dos regimes de exceção nas experiências individuais e coletivas.

Inegavelmente, é um trabalho de formiguinhas, mas é possível, conveniente e mais do que oportuno realizá-lo, no âmbito das universidades e de outras instituições. Somente através da formação e da informação de cidadãos poderemos enfrentar fenômenos tão desconcertantes como os aqui descritos.

REFERÊNCIAS

Trumping Democracy, documentário: <https://youtu.be/0XGE9iM-8GQ>

Marques, Márcia; Ramalho, Alzimar. Aprender a aprender em rede. *Manual pedagógico*. Brasília, Editora FJM, 2017. Acesso em: https://issuu.com/fjmangabeira/docs/02_aprender_em_rede_web

Márcia Marques é doutora em Ciências da Informação e professora da FAC/UnB.

Rosângela Vieira Rocha é jornalista, escritora e professora aposentada da FAC/UnB.

um aumento de 270% do salário mínimo e foram criadas 18 universidades públicas. O programa Ciência sem Fronteiras possibilitou a fomentação e o incremento das pesquisas científicas e tecnológicas nacionais. Seis milhões de pessoas foram beneficiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida e um milhão de estudantes receberam bolsa integral do Prouni. Em relação à mortalidade infantil, houve uma queda brutal: no período FHC, o índice era de 25,3 a cada 1000 nascidos; em 2015, o índice era de 12,9 a cada 1000).

O PT tem seis políticos investigados diretamente na operação Lava-Jato, enquanto o PP, partido ao qual Bolsonaro pertenceu por 11 anos (inclusive durante o governo de Dilma Rousseff) tem 32.

Mas o PT também errou. E errou bastante. No âmbito ético, construiu alianças partidárias espúrias e maculou-se com práticas de corrupção. Aqui vale uma observação importantíssima: o discurso anticorrupção foi fundamental para Bolsonaro vencer as eleições de 2018. E, se quisermos de fato reconstruir a esquerda, não podemos negar, como fazem alguns petistas, que houve corrupção enquanto o PT esteve no poder. Acontece que a direita conseguiu associar PT e corrupção de modo tão visceral a ponto de parecer que o PT é o partido mais corrupto do Brasil. Porém, isso não é verdadeiro. Primeiro porque o financiamento ilegal de campanha foi praticado por todos os partidos, endemicamente, após a redemocratização. Segundo, basta analisarmos alguns dados para percebermos a falácia. Trago dois à guisa de ilustração: o PT tem seis políticos investigados diretamente na operação Lava-Jato, enquanto o PP, partido ao qual Bolsonaro pertenceu por 11 anos (inclusive durante o governo de Dilma Rousseff) tem 32. Quanto à cassação de filiados, o PT é o nono do ranking com dez políticos cassados. O Democratas, que lidera a lista, tem 69. No âmbito econômico, o PT não conseguiu fugir à lógica neoliberal, pautando sua política no crescimento econômico e no trinômio emprego-renda-consumo. O governo Dilma tomou algumas medidas econômicas equivocadas como, por exemplo, as desonerações, a revisão dos contratos no setor de energia elétrica e o controle dos preços dos combustíveis para reduzir artificialmente a inflação. Além disso, o PT não fez reformas estruturais basilares para o país quando estava no auge da popularidade, com quase 80% de

aprovação. Reformas, como a agrária, a tributária (nossas alíquotas de imposto de renda são um absurdo: um funcionário modesto paga a mesma porcentagem que um banqueiro) e a educacional, que poderiam ter evitado a catastrófica eleição de Bolsonaro. Para terminar, no âmbito social, o partido não soube ou não quis se utilizar dos programas sociais para transformar o indivíduo em cidadão em vez de somente consumidor.

Fato é que, de modo geral, o PT tem sido porta-voz da esquerda nos últimos anos. Mas agora, com este cenário, é saudável tal hegemonia? Pergunta para a qual não tenho resposta. Sei, apenas, que não podemos mais trabalhar com as mesmas categorias.

Então, é preciso reaprender a conversar, inclusive com quem se declara de direita e, principalmente, com aqueles que sequer sabem sobre direitas e esquerdas. O cidadão médio não acredita mais que a esquerda carrega o bastão da moralidade. Ao contrário: assim como em 1984, romance de George Orwell, a palavra “esquerda” e seus adjacentes foram transformados em sinônimo de corrupção e vadiagem. Lá, eles utilizaram a “Novilíngua”, intervenção linguística capaz de controlar o pensamento das pessoas, impedindo que ideias indesejáveis viessem à tona. Aqui foram as táticas militares — no submundo das redes sociais e do WhatsApp — de rearranjo comportamental e psicologia do fascismo.

Sócrates, com seu método dialético, reconhecendo a própria ignorância, dirigia perguntas a seus interlocutores (geralmente sofistas) para apontar a fragilidade de seus argumentos.

Voltar às bases é o aspecto prático da minha proposta. Mas há ainda o aspecto teórico e intelectual. Quantos de nós conhece, de fato, os autores políticos liberais como, por exemplo, Edmund Burke ou Roger Scruton? Quantos de nós conhece sobre economistas liberais como David Ricardo ou Friedrich Hayek? Quantos de nós, ao menos, sabe a diferença entre liberais, conservadores e reacionários? Ou, para não sairmos do contexto da política atual (e não termos que mergulhar em mares demasiado profundos), quantos de nós conhece os meandros do pensamento de Olavo de Carvalho, guru filosófico de Bolsonaro, ou a série “Brasil Paralelo”, idealizada por Leandro Narloch, que vem fazendo a cabeça de *youtubers* de direita como o famigerado Nando Moura? Eis uma premissa básica para qualquer embate: é imprescindível conhecer o adversário, ou melhor, o que embasa o raciocínio dele. Mas aqui entra um ponto crucial: não se trata de um combate nos padrões que travamos até então. Precisamos, sim, entender profundamente o que subjaz o liberalismo para “decodificá-lo” — e aqui me lembro da frase de Picasso, “para fazer um touro com três traços, primeiro tive que aprender a fazer o touro perfeitamente” —, todavia, com arrogância e prepotência, continuaremos sem alcance. Para furar a bolha, temos que falar a “língua do povo” e, para isso, sugiro um retorno a Sócrates, mas com uma ressalva: trocar a ironia pela empatia. Um Sócrates freiriano.

Sócrates, com seu método dialético, reconhecendo a própria ignorância, dirigia perguntas a seus interlocutores (geralmente sofistas) para apontar a fragilidade de seus argumentos. Era por meio da ironia que o filósofo desconstruía as premissas adversárias, mostrando que seu oponente pouco sabia sobre o que tentava explicar. Acontece que, se usarmos a ironia como ferramenta persuasiva, corremos dois riscos: primeiro, de não sermos entendidos; segundo, de novamente sermos vistos como soberbos. Por isso sugiro a empatia: por que meu interlocutor pensa como pensa? Quais fatores sociais, culturais e econômicos contribuem para que ele pense assim? E, usando o contexto dele, o mundo dele, como bem fazia Paulo Freire, demonstrar que o alicerce de suas crenças e raciocínios pode estar com rachaduras.

Não se trata, obviamente, de sermos coniventes com o fascismo, mas justamente do oposto: entendendo os mecanismos do fascismo com as matizes e peculiaridades brasileiras tornar-se-ia

possível implodi-lo. Pensemos por analogia: o que impulsionava Raul Seixas a tocar suas músicas na TV Globo?

Para o professor Valério Arcary, ser de esquerda é abraçar uma visão do mundo que considera indignas todas as formas de exploração e opressão.

Um dos muitos exemplos possíveis: “traduzir” a informação a seguir para quem se interessa minimamente por economia e dialogar sobre os malefícios do plano econômico de Bolsonaro para a vida prática destas pessoas. Vejamos: os teóricos do neoliberalismo (intervenção mínima do Estado), corrente que ganhou força a partir dos anos de 1990 (após a atuação de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos), têm tido grandes dificuldades em defender esse modelo de política econômica desde a crise mundial de 2008. Para termos uma ideia, o FMI (um dos maiores defensores do neoliberalismo) publicou um estudo em junho de 2015, cuja autoria é de três renomados economistas da instituição, reconhecendo que a prática neoliberal (indicada pelo próprio FMI para nortear o crescimento econômico em países em que estão em processo de desenvolvimento) pode ter efeitos danosos a médio e longo prazos, já que, em vez de gerar crescimento, tem aumentado as desigualdades sociais. Economistas, como o prêmio Nobel Joseph Stiglitz, demonstraram que o livre-mercado não é capaz de se autorregular e que a intervenção do Estado, muitas vezes, é crucial. “Os governos quase sempre podem potencialmente melhorar a eficiência da alocação de recursos em relação ao livre mercado”, afirma o economista estadunidense.

Claro que, além de conhecer a direita sob o ponto de vista intelectual, precisamos conhecer a esquerda. O posicionamento chamado de “esquerda” foi estabelecido no percurso histórico que culminou na Revolução Francesa. Após a queda da Bastilha, dois grupos se sobressaíram: os girondinos, que representavam os interesses da alta burguesia e os jacobinos, que representam os interesses da pequena burguesia e dos camponeses. No galpão onde se realizavam as reuniões, os girondinos se sentam à direita e os jacobinos à esquerda. Portanto, em termos históricos, somos filhos da luta dos jacobinos (liderados por Robespierre) nos cinco primeiros anos da Revolução Francesa. Lutas que abriram caminho para a instauração do Estado Republicano e para a cidadania laica e democrática nas sociedades europeias. E hoje em dia, o que é ser de esquerda? Para o professor do IFSP (Instituto Federal de São Paulo), Valério Arcary, ser de esquerda é abraçar uma visão do mundo que considera indignas todas as formas de exploração e opressão. Eu aprecio consideravelmente a explicação que Gilles Deleuze, filósofo francês, deu sobre a questão, em duas partes. A primeira:

“[...] não ser de esquerda é como um cartão postal: parte-se primeiro de si próprio, depois vem a rua em que está, depois a cidade, o país, os outros países e, assim, cada vez mais longe. Começa-se por si mesmo e, na medida em que se é privilegiado, costuma-se pensar em como fazer para que esta situação perdure. Ser de esquerda é o contrário: primeiro começa-se pelo mundo, depois o continente, depois o país, até se chegar à rua e a mim [...] Não é possível que milhares de pessoas morram de fome. Não é possível esta injustiça absoluta. Ser de esquerda é considerar que estes problemas devem ser resolvidos [...] Ser de esquerda é saber que os problemas do Terceiro Mundo estão mais próximos do que os de nosso bairro. É uma questão de percepção, não tem nada a ver com boa alma.”

E a segunda:

“[...] ser de esquerda é ser devir-minoria. A esquerda nunca é maioria enquanto esquerda. Por uma razão muito simples: a maioria é algo que supõe a existência de um padrão. No Ocidente, o padrão de qualquer maioria é: homem, adulto, macho, cidadão... Mas, ao lado disso, há todo um devir-minoria... O homem macho, adulto etc. não tem um devir porque é padrão. A esquerda é o conjunto de processos de devir-minoritário. Ser de esquerda é isso: saber que a minoria é todo mundo. E que aí acontece o fenômeno do devir [...]”

O que eu aponte até aqui são possibilidades para resgatarmos, aos poucos, a credibilidade popular. Mas e quanto à nossa representação política? Em outras palavras: quais seriam os caminhos programáticos para uma “nova esquerda”? Para responder, evoco duas colocações do professor da USP Ruy Fausto.

A esquerda deve ter um programa claramente antiautoritário e democrático, afastando-se, inclusive, de narrativas que defendem sistemas políticos com traços ditatoriais.

Em primeiro lugar, creio que a esquerda deve ter um programa claramente antiautoritário e democrático, afastando-se, inclusive, de narrativas que defendem sistemas políticos com traços ditatoriais — como é o caso da Venezuela — e claramente ditatoriais — como foi o stalinismo. Faz-se necessária uma ode à democracia, recusando o totalitarismo vermelho ao longo da história.

Em segundo lugar, a esquerda deve se empenhar efetivamente numa política de caráter anticapitalista. Não se trata, obviamente, de bradar frases de efeito contra o capitalismo, tampouco exaltar o socialismo real ou prezar pela extinção da propriedade privada. Trata-se, isto sim, de minar o capital especulativo, de combater o rentismo e a farra dos bancos e de promover — como já mencionei anteriormente, sobre as “falhas do PT” — uma reforma tributária robusta. Além do mais, está impregnado no senso comum que o Brasil tem um “Estado inchado” e que grande parte dos problemas sociais e políticos do Brasil seriam resolvidos com a privatização. Mas, vejamos. Primeiro: percentualmente, alguns países europeus como Irlanda (25%), Suécia (28%) e Noruega (35%) têm muito mais funcionários públicos que o Brasil (12%). Nós, inclusive, estamos abaixo da média mundial da OCDE (21%). Segundo: há muitos exemplos, no Brasil e no exterior, de empresas estatais altamente produtivas. Terceiro: um discurso de que a “concorrência” seria benéfica para a macroeconomia nem sempre se sustenta porque o suposto “monopólio público” pode ser substituído por um

“oligopólio privado”. E quarto: critica-se a corrupção dos agentes do Estado, mas a corrupção pode estar tanto no público quanto no privado. No público, ao menos, temos algum poder: o voto. Mas no privado, quem pode fiscalizar os acionistas?

Devemos resgatar a percepção de que “ser de esquerda” é plausível. Bordões como “não vai ter golpe”, “Lula Livre” e “Fascistas não passarão” mostraram-se pouco eficazes. Mais que isso: contribuíram para a ojeriza que grande parte da população tem da esquerda (obviamente essa ojeriza foi construída pelo trabalho de “formiguinha” da direita, pela teologia da prosperidade e do empreendedorismo, pelas pautas da direita moralistas e conservadoras relacionadas à sexualidade etc.) Resgatar essa percepção significa voltarmos nossos discursos e nossas práticas para a massa popular deste Brasil. Significa aglutinarmos os movimentos genuinamente sociais em prol do desenvolvimento nacional e investirmos nosso tempo na formação estética e crítica do povo, gerando, assim, algo que realmente faça sentido para as pessoas. Porque, se continuarmos nesse ativismo universitário de frases de efeito e ataques pessoais, passaremos décadas com postagens “lacradoras”, mas com pouca efetividade social.

“Ser de esquerda é uma posição filosófica perante o mundo, em que a solidariedade prevalece sobre o egoísmo”.

Se você leu até aqui é sinal de que temos alguma sintonia. Então, fica o convite, para você e para mim, à reflexão de novos caminhos para a esquerda. Para isso, termino com as palavras de um grande homem, Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai: “ser de esquerda é uma posição filosófica perante o mundo, em que a solidariedade prevalece sobre o egoísmo”.

Matheus Arcaro é mestrando em Filosofia contemporânea pela Unicamp. Pós-graduado em História da Arte. Graduado em Filosofia e também em Comunicação Social.